



**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

Circular nº 281/2024

Brasília (DF), 10 de julho de 2024.

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretora(e)s do ANDES-SN.

**Assunto:** Encaminha relatório da reunião conjunta dos grupos de trabalho GTPCEGDS, GTPE e GTPFS na sede do ANDES-SN.

Companheira(o)s,

Encaminhamos, em anexo, o relatório da reunião conjunta dos grupos de trabalho GTPCEGDS, GTPE e GTPFS, realizada nos dias 7 e 8 de junho de 2024 (sexta e sábado), na sede do ANDES-SN.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

**Profa. Caroline de Araújo Lima**

**1ª Secretária**

**RELATÓRIO DA REUNIÃO CONJUNTA DOS GRUPOS DE TRABALHO  
GTPCEGDS, GTPE E GTPFS NA SEDE DO ANDES-SN  
Reunião do GTPCEGDS convocada pela Circular nº 168/2024**

*Lista de presença:*

**Coordenação da reunião:** Ana Paula Werri (2ª VPR Regional Pantanal), Caroline Araújo Lima (1ª Secretária do ANDES-SN), Fernanda Belo (2ª VPR Regional Planalto), Fernando Lacerda Júnior (2º Tesoureiro do ANDES-SN), Gisvaldo Oliveira da Silva (3º Tesoureiro do ANDES-SN), Helga Maria Martins de Paula (1ª VPR Regional Planalto), Luis Acosta (2º Vice-Presidente do ANDES-SN);

**Representantes das seções sindicais**

Acácia Batista Dias (ADUFS-BA), Aldi Nestor de Souza (ADUFMAT), Aline de Menezes Bregonci (ADUFES), Aline Maron Setenta (ADUSC-BA), Eliana Albuquerque (ADUSC-BA), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Kaoli Pereira Cavalcante (SINDIUVA-CE), Luciane de Almeida Gomes (ADUFPA), Luis Paulo Cruz Borges (ASDUERJ), Marcio Wagner B. Santos (ADUFPA-PA), Maria Escolástica M. Santos (ADUFPI), Maria Raquel Garcia (ADUENF-RJ), Marilene Rocha (ADUFS-BA), Marli Clementino Gonçalves (ADUFPI-PI), Nelson Fernando Inocêncio da silva (ADUnB), Rebeca Oliveira Sousa (SINDURCA-CE), Ricardo Dias da Costa (ADURRJ-RJ), Sélton Diniz dos Santos (ADUFS-BA), Silene Silvino (SINDURCA), Simone Negrão de Freitas (ADUFPA), Priscila Monteiro Chaves (ADUFES), Valdelaine Mendes (ADUFPE).

A reunião ocorrida nos dias 07 e 08 de junho teve a seguinte programação:

**07.06.2024 (sexta-feira)**

**16h** – Acolhimento e abertura dos trabalhos;

**16h20** – A necessidade de política sindical para a luta antipunitivista e pelo desencarceramento em massa, basta de genocídio do povo negro e pobre!

**18h** – **lanche**

**18h30** – A construção e ações para a garantia do direito à educação para as pessoas com deficiências: basta de capacitismo nas Universidades, IFs e CEFETs!

**08.06.2024 (sábado)**

**09h** – Diversas, mas não dispersas! A luta das mulheres ciganas, indígenas, negras e com deficiência nas Universidades, IFs e CEFETs.

Na sexta-feira as coordenações acolherem a(o)s participantes e apresentaram a metodologia de trabalho para tratarmos dos temas e das resoluções congressuais que indicaram a atividade conjunta, que foram:

1. Que o GTPCEGDS e o GTPFS façam reunião conjunta pautando o tema dos abolicionismos penais e da luta pelo desencarceramento, como espaço de fortalecimento da luta antirracista e de combate ao projeto de segurança pública pautado no genocídio da juventude negra e no punitivismo penal.
2. Que o GTPCEGDS, GTPE e GTPFS façam reunião conjunta pautando a luta das mulheres ciganas, indígenas, negras e mulheres com deficiência nas Universidades, IFs e CEFETs, reafirmando seu protagonismo nas lutas.
3. Que o GTPE em conjunto com o GTPCEGDS siga acompanhando e acumulando o debate sobre a garantia do direito à educação para as pessoas com deficiências com vias a combater o capacitismo.

Após apresentação do método e da organização do trabalho, abrimos as discussões com a exposição do tema *A necessidade de política sindical para a luta antipunitivista e pelo desencarceramento em massa, basta de genocídio do povo negro e pobre!*, aqui a coordenação dos trabalhos ficaram sob a responsabilidade das diretoras Raquel Dias e Caroline Lima, as exposições foram feitas por Gisvaldo Oliveira que tratou da necessidade de uma política sindical que coloque o ANDES-SN na luta antipunitivista e ao lado dos movimentos sociais que atuam no combate do encarceramento massivo do povo negro; e por Fernando Lacerda que tratou da relação do projeto das escolas cívico-militares com a lógica punitivista, com o racismo institucional e a marginalização de crianças e adolescentes do sistema educacional. As falas tocaram também como o projeto de segurança pública fundamentado no genocídio da juventude negra, na criminalização da pobreza contribuem para a sua exclusão dos espaços formativos, restando como alternativa o sistema prisional. Após as exposições abriu-se para o debate que apontaram:

- a) Para o fortalecimento das ações e campanhas contra o projeto das escola cívico-militares;
- b) Que apesar do Governo Federal ter finalizado com o programa das escolas cívico-militares, os Governos Estaduais – inclusive os da base do governo –

- permaneceram com o programa, e outros tentam implementar projetos ainda piores, sem o devido enfrentamento do Governo Lula;
- c) Que o encarceramento em massa é fruto do racismo e da sua estrutura que encarcera e mata a juventude negra e periférica;
  - d) Da importância do ANDES-SN se incorporar as lutas pelo desencarceramento em massa.

Após intervalo, continuamos a reunião conjunta com o tema *A construção e ações para a garantia do direito à educação para as pessoas com deficiências: basta de capacitismo nas Universidades, IFs e CEFETs!* Com as exposições de Helga Martins e Ana Paula Werri. As expositoras discorreram sobre a relação Capacitismo X Produtivismo, enfatizando que na sociedade capitalista a pessoa com deficiência é considerada um corpo de “menor valor”, “incapaz” para o trabalho e por isso um obstáculo para a produção. Conseqüentemente um corpo excluído da própria cidadania e de seus direitos. No âmbito das conquistas e direitos, mencionaram a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015 e a Política Nacional de Educação Especial divulgada pelo MEC em 2008, pautada na perspectiva de uma Educação Inclusiva, instituindo as orientações para a adoção e a implementação de currículos abertos e flexíveis, que atendam à diversidade dos estudantes incluídos na escola. Destacaram que para efetivar a inclusão escolar é preciso transformar a escola, questionar concepções e valores, visto que não se trata de adequar as práticas educacionais, mas transformá-las em função do desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes. Após as exposições houve debate e foram apontadas as seguintes questões:

- a) Intensificar, no âmbito da educação escolar, o debate sobre a necessidade de ruptura das fronteiras entre o regular e o especial, o normal e o deficiente;
- b) Desmistificar a concepção de inclusão escolar como algo que se restringe a inserir as pessoas com deficiência no ensino regular, mas que implica em repensar a escola posta, de forma que assegure a todos e todas o direito a aprender;
- c) Fortalecer as lutas em defesa dos direitos das pessoas com deficiência nas Universidades, IFs e CEFETs;

- d) Assegurar a presença de pessoas com deficiência nas mesas e painéis realizados pelo ANDES-SN.

Retomamos a programação da reunião conjunta dia 08 de junho com o tema *Diversas, mas não dispersas! A luta das mulheres ciganas, indígenas, negras e com deficiência nas Universidades, IF e CEFET*, com as exposições de Caroline Lima e Raquel Dias. Caroline Lima iniciou a exposição tratando da importância da reunião conjunta e do seu significado para o Sindicato Nacional e na organização das nossas lutas, feito isso apresentou os casos de Jacyara Paiva (“Jacy fica, o povo negro fica”) e Êmy Virgínia como expressão do machismo e do racismo institucional, como o judiciário se comporta na defesa dos interesses da burguesia, que o processo de criminalização das companheiras só foi revertido por conta da luta do ANDES-SN, do SINASEFE e dos movimentos sociais para reversão dos dois processos. Em seguida apresentou dados e localizou as mulheres ciganas, negras, indígenas e com deficiência nas Universidades, IF e CEFET.

Raquel Dias destacou a luta das mulheres no ANDES-SN, chamando atenção para o histórico dos Congressos (19º, 24º, 26º, 27º, 28º- 2000 a 2009; 33º, 36º, 37º - 2014, 2017 e 2018), apontando os avanços no Sindicato Nacional e como a aprovação de resoluções sobre justiça reprodutiva, luta por licença maternidade/paternidade, a defesa das mulheres na ciência e a importância da luta antimachista aproximou o ANDES-SN das professoras e isso resultou numa política de reparação e ações afirmativas como a paridade de gênero na Direção Nacional. A exposição apresentou também o histórico dos CONADs, datas e materiais produzidos (calendário de lutas), documentário “Luta das Mulheres” lançado em 2021, InformANDES (mês março durante anos), Revista Universidade e Sociedade nº 58 (2016), campanha do ANDES contra o Assédio Sexual, Comissão de enfrentamento ao assédio após denúncias no 36º Congresso indicando como essa longa caminhada trouxe mudanças importantes nos espaços do Sindicato, além de ter influenciado outras entidades nacionais.

Feita as exposições do tema, abrimos para o debate e a discussão apontou:

- a) Relatos sobre atuação das mulheres - em toda sua diversidade - no sindicato e locais de trabalho;

- b) As violências cotidianas vivenciadas; a caracterização e legitimação do estereótipo do pesquisador e a dificuldade do reconhecimento de mulheres pesquisadoras, em especial negras;
- c) A necessidade de maior compartilhamento sobre experiências acerca de protocolos de combate aos assédios;
- d) Vínculo entre trabalho do cuidado, teoria da reprodução social e vínculo entre não hierarquização das opressões e a exploração em nossa sociabilidade. Dimensões do trabalho do cuidado: cuidado de entes idosos, por exemplo;
- e) Debate e discussão sobre pessoas Trans/Travesti nas Universidades e presença do discurso de ódio nos espaços que estamos;
- f) Cotas, paridade e enfrentamento a questões no ambiente acadêmico: avanços da Lei Maria da Penha (como exemplo) e armadilha da institucionalização dos espaços: não basta a criação de Comitê de combate ao assédio/enfrentamento à violência, termos paridade, para lidarmos com um problema complexo e estrutural que precisa da compreensão de que não pode ser guetizado, tampouco se bastar no contexto do que se propõe, enquanto instrumentos.

O Debate desses dois dias apontou para a importância desse momento (reunião conjunta) e a necessidade de construção de mais espaços integrados entre os GTs.

Encerramos a mesa às 11h45, do dia 08 de junho.

Brasília, 8 de junho de 2024.

**Coordenação do GTPCEGDS**